Rádios Comunitárias, Hip Hop e um Coletivo de Artes Plásticas no Rio de Janeiro: Trabalho Imaterial, Cultura de Resistência. 1

Mauro José Sá Rego Costa²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo

Tomamos a noção de "trabalho imaterial" de Negri & Hardt como base para pensar formas culturais de resistência, "potencialmente comunistas", como colocam Negri & Hardt. Tratamos de exemplos destas maneiras de organização do trabalho imaterial de resistência: as Rádios Comunitárias, os grupos de Hip Hop e um Coletivo de Artistas Plásticos do Rio de Janeiro – o Imaginário Periférico -. E definimos, com Felix Guattari, o movimento de Rádios Livres e Comunitárias, retomando sua força política de resistência, por exemplo, com a recente invasão da Rádio São Roque, de Faxinal do Soturno, no RGS, pela Abraço RGS, como linha de frente desta cultura de resistência.

Palavras-chave

Trabalho Imaterial; Cultura de Resistência; Rádios Comunitárias; Hip Hop; Imaginário Periférico.

Corpo do trabalho

Há uma nova espécie de organização da produção, hoje, em todos os níveis da indústria, dos serviços e da qual podemos tomar como paradigma a produção cultural, mudando o perfil de vários de seus ramos, colocando-os num regime extra-jurídico, tanto nas relações de trabalho como no do direito de propriedade (copyrights). Gostaria de abordar alguns exemplos desta produção cultural, atingindo, preferencialmente, o setor da juventude o que está mais excluído do trabalho formal, o que representa índice mais alto na massa dos oficialmente desempregados, assim como nas estatísticas da violência. Com Felix Guattari, consideramos as rádios livres e comunitárias como precedente e tendo um lugar central na evolução política de resistência associada a esta forma de produção; a esta política que surge sem poder dizer claramente o seu nome. Tal proposição inicia e conclui nossa comunicação.

¹ Trabalho apresentado ao NP Rádio e Mídia Sonora, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom – XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / UERJ; Procientista / UERJ; Coordenador da Oficina Híbridos do Labore — Laboratório de Estudos Contemporâneos -; Coordenador do Laboratório de Rádio UERJ/Baixada. - maurosa@ism.com.br

Falamos da forma de produção que Toni Negri e Michael Hardt chamam de "trabalho imaterial". No livro Império, Hardt e Negri definem trabalho imaterial como -"trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação'³

Continuam Hardt e Negri:

"... em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais. Em outras palavras, o aspecto cooperativo não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à atividade laboral. (...) Cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. (...) ⁴

Outro aspecto marcante na forma do trabalho imaterial é a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação – a informática e as telecomunicações digitais – que nos últimos trinta anos modificaram completamente os processos produtivos com inúmeros efeitos negativos - como o desemprego, a substituição sistemática do trabalho humano pelo maquínico -, mas também positivos, pois permitem a cada trabalhador um domínio abrangente de todo o processo produtivo e o desenvolvimento de um tipo novo de inteligência coletiva (Levy), ou "general intellect" (Marx).

Segundo Negri e Hardt, "na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar''⁵.

Os críticos de Hardt e Negri apontam aí uma contradição: tomando o fato do trabalho tornar-se "comunicativo, afetivo e imaterial" e, assim, cooperativo em si e por si mesmo, eles deduzem que a produção torna-se "potencialmente comunista", quando o modo de produção legalmente constituído na sociedade continua sendo o capitalista.⁶

A questão é que várias atividades produtivas vem se articulando desta maneira, principalmente nos setores de juventude, estes que estão em situação de crise na relação com o trabalho juridicamente regular, e podem ser pensadas com este código definido por Negri e Hardt. Vou trabalhar com três exemplos - o das rádios comunitárias, o da produção musical do hip hop - frequentemente associada a estas - e numa outra área bastante inusitada, no Brasil, na produção de artes plásticas.

⁴ Idem, 2001, 315.

³ Hardt e Negri. *Império*, 2001, 301

⁵ Hardt e Negri, *Império*, 2001, 315.

⁶ PRADO, Eleutério F. S., Pós-Grande Indústria: Trabalho Imaterial e Fetichismo, in http://www.econ.fea.usp.br

1.

As rádios comunitárias tiveram seu instrumento legal – a Norma 9612 – aprovada pela Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, do Congresso, em fevereiro de 1998. Da proposta de projeto de lei do movimento popular pelas rádios comunitárias – o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações - só se conseguiu aprovar 10% dos itens definidos. No período da tramitação da lei, 70% dos parlamentares membros da comissão no Congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão comerciais.

Até a aprovação da lei, as rádios livres e comunitárias estavam numa situação definida pelos juristas como "alegal". Exerciam um direito garantido pela Constituição em seu artigo 5° (inciso 9°) - "é livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença" - mas que não tinham uma regulamentação específica. O espaço de negociação, em função deste artigo era bem amplo, bem mais amplo do que o que foi aproveitado pela nova lei.

O texto aprovado é muito restritivo e contém uma série de entraves à criação e sustentação das emissoras comunitárias. A lei limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio; proíbe publicidade, impedindo a captação de recursos para a sustentação da emissora; proíbe a formação de rede entre as rádios, salvo em caso de calamidade pública; não garante proteção às rádios comunitárias de interferências de outras rádios comerciais e serviços de telecomunicação; e finalmente a concessão é aprovada por três anos, com apenas uma renovação por mais três anos.

Enfim, as barreiras da legislação, aliadas ao corpo mole do Ministério das Comunicações e da Anatel (Agencia Nacional de Telecomunicações) em avaliar e dar andamento aos pedidos de concessão (há mais de 13 mil pedidos encaminhados) mantêm as comunitárias na clandestinidade, embora de clandestinas não tenham nada. São conhecidas em suas comunidades, todos sabem onde ficam, muitas constituem verdadeiros centros culturais populares. Participam delas moradores de todas as idades, principalmente jovens para os quais as rádios são uma alternativa à ociosidade e à falta de espaços culturais, características das comunidades periféricas, onde mais "florescem" rádios comunitárias.

No momento, há cerca de quinze mil rádios espalhadas por todo o país, das quais, aproximadamente a metade pertence a igrejas evangélicas, um quinto está nas mãos de políticos locais, principalmente, vereadores; outros milhares pertencem a grupos com interesses comerciais; e um número minoritário tem verdadeira gestão



participativa comunitária. O mais importante talvez, nisto tudo: quase todas continuam operando sem concessão. A cada dia surgem novas e outras desaparecem.

Mas esta experiência de comunicação, à margem da lei, com finalidades diversas, e, independente de seu "patrocínio" principal, envolvendo populações locais, nos coloca diante de uma realidade nova. O interesse provocado pelo nascimento de uma rádio local nas comunidades é sempre notável. Há entusiasmo na participação dos jovens: formam-se comunicadores espontâneos, fora dos parâmetros consagrados. É interessante comparar este movimento, do ponto de vista social, por exemplo, ao da expansão do movimento hip hop na periferia das cidades médias e grandes em todo o país⁸.

O que vai resultar desse movimento? Impossível imaginar. Podemos falar de singularidades. Há uma aproximação recente de algumas comunitárias com grupos universitários renovadores, alimentando os dois lados. Assim, nossa experiência em Vila São Luís, Duque de Caxias, da Rádio Kaxinawá, que associa um grupo de pesquisa de rádio da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com a Associação de Moradores de Vila São Luís, igrejas, um centro espírita, uma colônia de pesca, os jovens do PCdoB da Baixada (UJS) e do movimento hip hop.

Outra experiência singular, no Rio de Janeiro é a da radiovivafavela coordenada por Tião Santos, um velho militante pelas rádios livres e comunitárias. Além de rádio comunitária, a radiovivafavela é um site que abriga outras rádios comunitárias. O site pertence à ONG VivaRio e seu projeto é abrir espaço para que rádios de favelas do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, possam transmitir e receber via Internet. Várias rádios locais já estão se apropriando desta tecnologia e criando seus sites, transmitindo em streaming ou por download determinados conteúdos de sua programação. 9

Assim, vemos nas Rádios Comunitárias, o trabalho imaterial como pratica produtiva com todas as características apontadas por Negri e Hardt. O mesmo ocorre na área do Hip Hop: a circulação de informação em relação à forma literária e musical dos raps se dá de modo não institucional, por organização espontânea de "Oficinas" onde os mais velhos, que dominam estas práticas, as transmitem para os mais jovens. Do mesmo

⁷ Costa, Mauro Sá Rego e Hermann Jr, Wallace. "Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política", in Lugar Comum . Estudos de Mídia Cultura e Democracia. ECO/UFRJ, Universidade Nômade, v. 16-17, 2003.

⁸ Idem.

⁹ V. www.vivafavela.com.br

modo como as outras linguagens do Hip Hop, a dança e o graffitti. Os grupos se autoorganizam em "posses" ou "crews".

A troca de informação e aperfeiçoamento mútuo nas linguagens é continua, movida frequentemente por competições, disputas coletivas, como as Batalhas dos MC's, que acontecem já há seis anos no Rio de Janeiro e são freqüentadas por MC's (os rappers/cantores apresentando suas composições) de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, além do grupo já tradicional dos paulistas. O julgamento dos melhores é feito espontaneamente pelo público, pelos aplausos mais ou menos enfáticos. Não há "comissão julgadora", não há nenhuma instância hierárquica transcendente para esta função.

É claro que, da mesma forma como nas Rádios Comunitárias, una parcela delas (bem significativa) não tem nada de comunitárias e mostram como esse espaço anárquico e de "democracia direta", pode ser cooptado, nos moldes do modelo social e econômico capitalista que marca a sociedade maior; também no Hip Hop há fenômenos de cooptação e apropriação – às vezes, mesmo tentando manter a figura de pertinência comunitária – como o Premio Hutus, organizado pela Central Única das Favelas – uma entidade cuja dupla face é reconhecida por grande parte dos participantes do movimento Hip Hop.

Mas o que é mais marcante no Movimento é a abertura às trocas, o respeito mútuo, a cooperação, características das formas do "trabalho imaterial" "potencialmente comunista". Isto é visível nas redes abertas de trocas de música, que atravessam mesmo as fronteiras nacionais. Rappers, e DJ's, principalmente, trocam materiais, utilizam raps uns dos outros, a maioria nunca gravada em discos ou cd's, e circulando livremente pela Internet. Nenhuma preocupação com direitos autorais, reinado do *copyleft*, do trabalho intelectual compartilhado e livre.

A utilização livre das composições, dos trabalhos, dos MC's, dos rappers, via Internet, os torna conhecidos na rede e potenciais convidados para shows organizados por grupos da própria rede. Assim, se faz o "rendimento do seu trabalho", que independe dos *copyrights*, das gravadoras, da industria fonográfica. A mesma coisa se dá com os DJ's, que estão sempre fazendo festas e bailes em outras comunidades, até em outros estados. É claro que há exemplos de MC's que gravaram, que foram contratados e tem sua carreira ligada à industria fonográfica, mas isto não é ainda, no Brasil, algo marcante no Hip Hop.

As trocas e circulação não só de música, mas também de opinião, de idéias, é constante entre os hip-hoppers, e de algum modo centralizada por grandes sites como o Bocada Forte, de São Paulo, mas também se faz por portais de chats livres como o MSN e o Orkut. Todos os canais são usados livremente e continuamente pela comunidade Hip Hop que é definidamente linkada. A própria produção de "bases" para os raps é um trabalho de estúdio, e de aproveitamento de aplicativos de som, aprendido pelos DJ's, igualmente sem nenhuma mediação escolar ou institucional, de uns com os outros, ou diretamente na máquina, por ensaio e erro. Há, assim, uma familiaridade bastante forte entre o Hip Hop e os meios informáticos e de telecomunicação digital.

Essa familiaridade se dá igualmente com as rádios comunitárias. No caso de São Paulo, houve um crescimento paralelo e articulado entre o movimento hip hop e o movimento das rádios comunitárias. No Rio de Janeiro, isto não aconteceu, em função da expansão do funk, que ainda domina algumas comunidades e é o conteúdo preferido de suas rádios. Mas o depoimento de alguns criadores de programas de Hip Hop em Rádios do Rio mostra a importância desta ligação também aqui.

Fala Mr. Zoy:

"dizer à rapaziada que eu já faço radio comunitária há cinco anos. O programa está completando cinco anos lá na Panorama FM, a rádio comunitária do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho, Ipanema, Zona Sul. E, antes disso, eu fazia radio, não AM nem FM... radio de poste, lá no Chapéu Mangueira, eu fazia todo fim de semana. E era ouvinte da Panorama. Aí, tinha um programa que tocava música negra. O cara fazia uma seqüência de Hip Hop, e falava um montão de bobagem sobre o Hip Hop, e aí me chamou pra ser o DJ dele. E a gente começou junto lá com a Voz da Favela. Conheci ele na quinta, fiz o programa com ele na sexta e na segunda mudamos o nome, e começamos a fazer a Voz da Favela / Rap Nacional. E estamos lá há cinco anos, sempre tocando Rap Nacional. Durante esses cinco anos, já participei de várias outras rádios, já fui fundar outros programas, mas infelizmente, não posso estar em dois lugares ao mesmo tempo. Fui dar uma força para a rapaziada lá na Rocinha, Sonsumsat, está lá até hoje, 100% Hip Hop. Participei também do início da Radio Fundisom, lá na Fundição Progresso. (...) E, fiz também, na Babilônia, teve uma rádio lá na minha comunidade Babilônia, quer dizer, um tempinho lá (...). Só que, a rádio pára também. Quer dizer, a Voz da Favela sempre esteve no ar, esse tempo todo, graças a Deus. E a Panorama FM se não for, a principal rádio comunitária, sem rasgação de seda, é uma das principais, até pela vantagem que a Panorama tem, do mar, da lagoa Rodrigo de Freitas, está ali, no berço cultural do Rio de Janeiro, numa comunidade da Zona Sul, a gente pode pegar a classe toda artística, a classe formadora de opinião. Acho que talvez, por isso, e por essa ajuda da Panorama ter, esse alcance grande, é uma das principais rádios comunitárias da Zona Sul"¹⁰.

¹⁰ Depoimento de Mr Zoy no evento "Hip Hop e Política", que organizei na UERJ Maracanã, em novembro de 2002.

3.

O terceiro caso que eu quero mostrar é o do Coletivo Imaginário Periférico. Um grupo de artistas plásticos, na maioria da Baixada Fluminense, municípios da periferia da cidade do Rio de Janeiro, onde não há nenhuma Escola de Belas Artes nem nenhum Museu de Arte, menos ainda de Arte Contemporânea. E este coletivo, nas palavras de seus membros já chega a alcançar 300 artistas em algumas de suas exposições, trabalhando basicamente com linguagens contemporâneas em artes plásticas. O processo como se constituiu é similar aos que tratamos em relação às rádios comunitárias e ao Hip Hop, aprendizagem em ateliers coletivos, com os poucos entre os artistas do grupo que tinham, de algum modo, acumulado estes "saberes", e uma relação espontânea e aberta de coleta de informação, de aprendizagem espontânea, e de troca e cooperação que é algo que nos mostra que o "general intellect", a "inteligência coletiva", são aspectos culturais pervasivos, hoje. Já atravessaram muitas camadas sociais e suas vidas, independente do contato direto com computadores, redes, internet. O espírito da rede está no ar como uma espécie de alma de nosso tempo.

O Imaginário Periférico foi originariamente formado pelos artistas: Deneir de Souza, Jorge Duarte, Julio Sekiguchi, Raimundo Rodrigues, Ronald Duarte e Roberto Tavares. Estes artistas vivem, têm atelier ou possuem importantes ligações com as localidades de Nova Iguaçu, Piabetá, Fragoso e Miguel Couto. Desta relação surgiu a proposta de ampliar o conceito de "meio da arte" e estender a produção artística para alem do centro do Rio. Devido à proposta do grupo de buscar ampliar o enfoque da produção artística contemporânea, a cada ação existe uma renovação e um acréscimo de artistas participantes, dando ênfase às propostas originais e oriundas de localidades da periferia do Rio.¹¹

Imaginário Periférico foi o nome que se deram em 2.000, concorrendo a uma verba da Petrobrás, para abrir um espaço de arte contemporânea na Baixada — um galpão na beira da Rodovia Rio-São Paulo, em Nova Iguaçu, que funcionaria como espaço de ateliers, oficinas, eventos e uma galeria de arte. Não há sequer uma galeria de arte na Baixada Fluminense. A verba até agora não apareceu. Mas os contatos com as prefeituras locais já renderam vários eventos.

O Imaginário contantemente produz exposições ou performances coletivas, em espaços inéditos ao "circuito" ou público reconhecido das artes plásticas. Para citar

7

¹¹ V. o site do grupo em http://www.baixadafacil.com.br/imaginarioperiferico/; também em http://www.corocoletivo.org/imaginarioperif/index.htm



duas: o Bloco de Lata, feito num período pre-carnavalesco, no distrito de Pau Grande, em Magé, um bairro afastado do centro de Magé, semi-rural, e no pé da serra de Petrópolis, região extremamente bela por sua natureza, com as montanhas cobertas pela Mata Atlântica, ao fundo. A festa-performance foi feita na praça principal do bairro e contava com um caminhão de som, no genero dos trios-elétricos bahianos, de onde alguns dos artistas, acompanhados por grupo de percussão, cantaram marchas e sambas de sua autoria e outros tradicionais, incorporando a forma popular do carnaval.

O aspecto singular da performance era que todas as fantasias e os instrumentos musicais eram feitas de latas (na maior parte, por reciclagem de latas de refrigerante e cerveja). Assim, um grande dragão com a cauda feita por tranças de latas amarradas umas às outras – ao mesmo tempo fantasia e objeto musical, que era ritmado pela dança de seu figurinista. Uma enorme (2,5m de altura) roda de fios de ferro vasada, e cheia de latas vazias, que fazia o som de uma tempestade quando era empurrada e girava; fantasias e objetos feitos de folhas de ferro galvanizado ou folhas de alumínio; objetosmontagens de máquinas domésticas recicladas como espécies novas de instrumentos musicais.

O público, certamente desconhecedor de referencias das artes plásticas contemporâneas - muitas crianças e jovens, no meio - absolutamente deliciado com as criações, reagia com um interesse e curiosidade que pouco se revela nos públicos das galerias de arte do "circuito de arte".

Outro evento marcante foi uma exposição realizada na Central do Brasil, a principal estação de trens urbanos, no centro do Rio de Janeiro, cujo salão principal tem um vão de uns 40 metros de altura. A estação é usada, diariamente, por algumas centenas de milhares de trabalhadores, que, em sua maioria, jamais ouviram falar em "galerias de arte".

Todo o espaço da estação é tomado de assalto por 40 artistas plásticos – objetos, instalações, esculturas, desenhos – além de uma banda de rock, outra de funk e duas de samba, de jovens de Piabetá (Magé); um grupo de Capoeira de Nova Iguaçu, poetas de Duque de Caxias lendo seus poemas – alguns poemas expostos, impressos em banners-; uma dança a 20 m de altura, no vão central da estação - com uma bailarina pendurada, fazendo sua coreografia meio circo / meio performática; um manifesto - o Fome Zero Cultural – lido, aos berros, e seu texto/panfleto distribuído.

O Imaginário Periférico transformou a Central numa galeria de arte e espaço de performances. As obras ficaram expostas durante duas semanas e não houve nenhum



roubo ou agressão aos objetos, pinturas, desenhos – até uma história em quadrinhos que ocupava uma parede de madeira de 10m. em forma de L. O evento foi financiado pela prefeitura de Nova Iguaçu – um dos municípios da Baixada Fluminense - e a Supervias - a companhia que administra o sistema ferroviário da Central.

O Imaginário Periférico decidiu, já faz uns quatro anos, privilegiar esta forma de atuação, como uma invasão, uma ocupação, um enxame. E já tem uma razoável lista de ações. A última, em 28 de abril, ocupou a parte externa do Museu de Arte Contemporânea, em Niterói. Foi uma exposição-invasão de vestíveis e portáteis, que só durou um dia.

É importante salientar que alguns dos artistas que participam destas exposições possuem e desenvolvem uma carreira artística com reconhecimento profissional nos "meios tradicionais" e que, com suas participações, contribuem para referendar estes espaços, entretanto, não existe uma curadoria "institucional" nas suas coletivas; a participação é aberta a todos que, segundo seu critério particular, se consideram artistas.

4.

Podemos encarar o movimento das rádios livres e comunitárias como uma espécie de germe ou gatilho associado a todas estas transformações do trabalho imaterial – ou do trabalho cultural de resistência que apresentamos com os exemplos do movimento Hip Hop e o Coletivo Imaginário Periférico. É nessa linha que Franco Berardi encara a ação e a teorização de Felix Guattari, desde os anos 70, junto aos movimentos de rádios livres na Itália e na França, associando as rádios livres ao surgimento de uma era pós-mídia, com a incorporação da informática e da internet, das telecomunicações digitais, que vivemos no momento..¹²

Citando Cunha:

Berardi escreve que enquanto o sistema midiático tornava-se o agente central da colonização mental e do autoritarismo político, Guattari falava da sociedade pós-midiática. Segundo ele, "relações bidimensionais e multidirecionais entre coletivos de enunciação pós-midiáticas", iriam infectar o sistema de comunicação centralizado, para depois perturbar e desestruturar todas as formas hierárquicas estatais e econômicas.¹³

¹² BERARDI, Franco. "Postmedia" in MEDIA ACTIVISM; Strategie e pratiche della comunicazione indipendente; mappa internazionale e manuale d'uso; Matteo Pasquinelli (org).Roma, DeriveApprodi,

¹³ Cunha, Magda Rodrigues da. A Era Pós-Midia nas Rádios Livres: o Pensamento de Felix Guattari, in Intercom, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicaçãi, UERJ, 2005.



O sentido desta luta, acredito, que está sendo, de certo modo, retomado quando, depois de nove anos de silencio no movimento pela democratização das comunicações no Brasil, aceitando os limites indecentes da Norma 9612, que regula, limita, amesquinha os potenciais de comunicação das rádios comunitárias, tivemos, agora, em 20 de abril, a manifestação da ABRAÇO¹⁴ do Rio Grande do Sul ocupando a Rádio São Roque, 1480 AM, de Faxinal do Soturno, próxima a Porto Alegre. A emissora pertence a Roberto Cervo, "Melão", que também é presidente da Agert (Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão).

Os manifestantes entraram na rádio por volta das 10h da manhã e permaneceram por mais de três horas. A polícia da região foi acionada e cercou a rádio e prendeu os "invasores". Porém, toda a manifestação ocorreu de forma pacífica. Os manifestantes transmitiram ao vivo durante 45 minutos, quando leram o manifesto da Abraço, acrescido de depoimentos de outras entidades do movimento social.

Conforme Bruno Lima Rocha, um dos organizadores desta ação, a ocupação foi um marco de uma postura mais "aguerrida" em relação à radiodifusão comunitária. "O efeito na mídia foi imediato", diz Bruno, destacando que as principais emissoras de rádio no RS noticiaram a ação da Abraço. "O risco foi calculado. O prejuízo, em termos legais, já estamos acostumados. Esta foi a primeira de muitas ações", anunciou, salientando que o movimento conseguiu transmitir seu recado.

Vale a pena, acompanharmos trechos do Manifesto lido durante a ocupação da Rádio:

"Piratas são eles! Basta de tirania. Liberdade na Comunicação!

O movimento pela democratização da comunicação sofre, nestes últimos anos, o aumento da repressão do Estado. A cada dia, no mínimo, uma rádio comunitária é fechada pelo aparato repressivo, no Brasil. Enquanto isso, nos corredores do poder, em Brasília, articula-se o golpe final ao movimento de rádios comunitárias com a implementação do padrão IBOC (In-Band-On-Channel) de rádio digital. Assim, estamos diante da possibilidade, cada vez mais real, de exclusão tecnológica. Essa tecnologia, desenvolvida pelos EUA, está a serviço dos interesses dos grandes empresários do setor. (...)

Grupos empresariais, preocupados somente com lucro, são os únicos que recebem gordas verbas públicas de publicidade do governo, dominam as rádios, veiculam só o que lhes interessa e detêm o poder sobre a opinião pública, exercendo um verdadeiro oligopólio sobre os meios de comunicação, proibido pela Constituição Federal de 1988.

As rádios comunitárias do Rio Grande do Sul, realmente comprometidas com as questões das comunidades, sofrem forte repressão do governo federal e da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e são perseguidas pela ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e AGERT (Associação

¹⁴ ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias.

Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão). Somente no ano de 2006, foram fechadas no Rio Grande do Sul, 244 emissoras comunitárias. Militantes foram presos, transmissores lacrados, equipamentos roubados e gente de bem foi tratada como bandido perigoso. Enquanto isso, de cada três rádios comerciais gaúchas, duas estão com a outorga vencida, totalizando 209 emissoras piratas de verdade, algumas há mais de 10 anos. Assim, 70% das rádios comerciais, detentoras de concessão pública e recebendo verbas estatais, são simplesmente ilegais. Para nós, basta! O Rio Grande, que nunca se rendeu, está em pé de guerra contra esta farsa legal e a tirania da Anatel e do Ministério das Comunicações!

A ação de hoje é uma resposta direta ao coração da AGERT. Roberto Cervo, "Melão" (seu presidente), é o proprietário da Rádio São Roque 1480 AM, de Faxinal do Soturno. O porta-voz do oligopólio grita aos quatro ventos, em defesa de seus parceiros. É por isso que estamos aqui, ocupando-a. Se as verbas públicas de propaganda fossem cortadas, a maioria das emissoras comerciais iria à falência. A digitalização, implantando um padrão caríssimo e anti-nacional, é mais um exemplo do crime de lesa pátria. "Melão" defende o padrão digital IBOC. É o padrão mais caro de todos, e quem vai pagar a conta é o povo (...) As rádios comunitárias estão unidas e pedem o apoio da população na nossa luta por uma comunicação livre e comprometida com as necessidades da nossa gente."

Referências bibliográficas

NEGRI, Toni & HARDT, Michael. *Império*. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2001.

LEVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Trad. Carlos Irineu da Costa, Editora 34, Rio de Janeiro, 1993.

BERARDI, Franco. "Postmedia" in MEDIA ACTIVISM; Strategie e pratiche della comunicazione indipendente; mappa internazionale e manuale d'uso; Matteo Pasquinelli (org).Roma, DeriveApprodi, 2002.

HERMANN Jr, Wallace. "Rádios livres, rádios COSTA, Mauro Sá Rego e comunitárias, outras formas de fazer rádio e política", in Lugar Comum . Estudos de Mídia Cultura e Democracia. ECO/UFRJ, Universidade Nômade, v. 16-17, 2003.

CUNHA, Magda Rodrigues da. A Era Pós-Midia nas Rádios Livres: o Pensamento de Felix Guattari, in Intercom, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UERJ, 2005.

FNDC/Redação. Abraço ocupa rádio no interior do RS. In http://www.fndc.org.br/em 26/04/07.

PRADO, E. F. S., Pós-Grande Indústria: Trabalho Imaterial e Fetichismo, in http://www.econ.fea.usp.br